

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>O PASSADO ESCRAVISTA EM UM PRESENTE CAPITALISTA: A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA PARA ALÉM DO “ARCAÍSMO”</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Marcos de Brito Monteiro Marinho</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Mestrando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabalho tem como objetivo propor a relação entre as categorias “escravismo” e “capitalismo histórico”, para lançar luz sobre os processos de desenvolvimento capitalista no século XIX. Partindo das considerações de Dale Tomich, Iraci del Nero da Costa e Julio Manuel Pires, situaremos a escravidão oitocentista como uma “segunda escravidão” – trabalho cativo empregado sob bases absolutamente distintas de seu antecessor colonial. Deste modo, colocamo-nos em posição contrária àqueles que veem na agricultura oitocentista brasileira a reprodução de relações sociais arcaicas, mediadas pelo escravismo. Ao invés disso, tomaremos a escravidão como uma das formas possíveis de existência do capital, por meio da categoria de “capital escravista-mercantil”, elaborada tendo em vista o caráter mercantil da moderna escravidão. Entendemos, como Francisco de Oliveira, que o desenvolvimento do capitalismo não prescinde de estruturas sociais ditas “arcaicas” para sua maturação, de tal modo que a “modernidade” se alimenta do “atraso”; ou seja, de maneira dialética, a escravidão se desenvolveu junto do capitalismo – e não a despeito dele – em meio ao século do antiescravismo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
“Segunda escravidão”; Capital Escravista-Mercantil; Escravismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work has the purpose of proposing the relation between “slaverism” and “historical capitalism” categories in order to enlighten capitalism development processes in the XIX century. Based on the considerations of Dale Tomichi, Iraci del Nero da Costa and Julio Manuel Pires, we will be placing the eighteenth century slavery as a “second slavery” – captive work under totally different bases from its colonial predecessor. This way, we put ourselves on a contrary position to those who see in the Brazilian eighteenth agriculture the reproduction of archaic social relations mediated by slaverism. Instead, we will take slavery as one of the possible forms of the capital existence through the category of “ commercial-slavery capital”, which was elaborated according to the modern slavery commerce character. We understand ,as well as Francisco de Oliveira, that the capitalism development does not need social structures called “archaic” to get through its maturation, in a way that modernity feeds itself with the “delay”; in other words, in a dialectical way slavery has developed itself together with the capitalism – and not despite it - around the anti-slaverism century.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
“Second slavery”; Commercial Slavery Capital ; Slaverism			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

## Introdução

Os estudos sobre os aspectos econômicos da moderna escravidão têm se polarizado em torno de algumas abordagens iniciadas no século passado sob forte influência dos processos de desenvolvimento desigual nas Américas. Se nem todas estas abordagens podem ser consideradas marxistas, não há dúvidas de que a maioria delas debateu com suas categorias fundamentais – modo de produção; formação econômica e social; valor-trabalho e etc.

Por um lado, Caio Prado Júnior associou a colonização das Américas a uma etapa importante de expansão do sistema capitalista. A colônia, desta forma, foi marcada pela produção escravista de gêneros cuja presença rarefeita nos mercados europeus os valorizaria economicamente. Este “sentido” da colonização brasileira, plenamente verificável aos olhos do pesquisador apenas no início do século XIX (1808), criou raízes tão profundas que, a despeito da abolição do regime escravagista em 1888, deu a tônica das estruturas elementares de nossa formação socioeconômica em pleno século XX. Esta posição ficou conhecida como “paradigma pradiano” ou como a “escola do sentido da colonização” (JÚNIOR, 1942).

Por sua vez, Jacob Gorender, ligado ao que julgava ser o procedimento correto do materialismo histórico de Marx, procurou apreender as “leis fundamentais” do escravismo colonial, entendido enquanto um modo de produção específico surgido no Brasil em decorrência da colonização europeia. A preeminência deste modo de produção em relação aos demais que compunham a formação social brasileira deu um caráter particular ao desenvolvimento histórico da luta de classes em nosso país: o capitalismo brasileiro se configurou diretamente a partir do escravismo colonial, e não do feudalismo, como na Europa. Por conseguinte, as formas de dependência nas quais o Brasil se insere no capitalismo devem ser estudadas a partir de suas estruturas internas, contrapondo-se à orientação de Caio Prado (GORENDER, 1978). Esta posição ficou conhecida como a do “modo de produção colonial”, que também tem na figura de Ciro Cardoso, além de Gorender, um de seus grandes representantes.

Dois dos maiores expoentes destas duas vertentes da historiografia brasileira da escravidão – Caio Prado Júnior e Jacob Gorender – eram intelectuais politicamente situados à esquerda, ambos ligados ao PCB,<sup>1</sup> e suas teses gerais preocupam-se diretamente com a Revolução brasileira. Elaboradas entre as décadas de 1930 e 1970, polarizaram a literatura histórica e sociológica brasileira a respeito da determinação interna ou externa de nossa sociedade.

No início dos anos 1980, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva questionaram a “visão plantacionista” predominante na historiografia brasileira, presente na “teoria dos ciclos econômicos” de Roberto Simonsen, bem como nos dois modelos supracitados. No caso de Gorender, a produção de alimentos era diretamente ligada às necessidades da *plantation*

---

<sup>1</sup>Inicialmente militante do PCB, Jacob Gorender funda o PCBR após o golpe de 1964.

mediante sua estrutura bissegmentada. Deste modo, era incapaz de possuir uma lógica própria, sendo considerada uma economia “natural”, uma vez que respondia às exigências humanas e não entrava no circuito de troca. Por outro lado, Celso Furtado, economista que para muitos desenvolveu o modelo de Caio Prado, afirmava que o estímulo externo, coordenador da colonização, não possuía interesse algum na produção de alimentos, tida como a cultura da estagnação e do atraso (LINHARES & SILVA, 1981, p. 110-117).

Para estudar a agricultura de alimentos realizada no Brasil, os autores se utilizam de uma metodologia inspirada na historiografia francesa que privilegia o enquadramento regional como forma de preencher, ao menos parcialmente, as lacunas de nossa historiografia. Deste modo, estariam eles mais preocupados com a ação dos homens de todos os grupos sociais, seus múltiplos modos de viver e de pensar do que com os discursos oficiais veiculados pela documentação que, até então, era mais utilizada pelos historiadores. Deste modo, o estudo da agricultura de subsistência estaria subordinado a três ordens de fatores: 1) a situação colonial, na qual a produção de alimentos ocupava posição secundária; 2) questões peculiares à própria agricultura de alimentos, como a pequena produção realizada por lavradores com ou sem terra, junto do trabalho familiar; e 3) questões relacionadas à evolução urbana e às condições internas da colônia e suas relações com as prerrogativas da *plantation*. A área ocupada por esta produção, necessariamente, não está nos horizontes da *plantation*, o que justifica seu caráter precário e transitório no que diz respeito à posse da terra dos que se empregam nesta modalidade de cultivo (LINHARES & SILVA, 1981, p. 118-119).

As considerações de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva eram ataques muito bem elaborados às interpretações que, ao fim e ao cabo, produziam uma caricatura de nossa vida econômica e social, absolutamente distante da experiência cotidiana de maior parte dos grupos sociais que estavam apartados do processo de acumulação agroexportador. A importância das obras destes autores para os estudos socioeconômicos do Brasil colonial é inegável, uma vez que foram as responsáveis por fixar as questões fundamentais a serem desenvolvidas pelas pesquisas posteriores sobre agricultura brasileira, quais sejam: 1) a política metropolitana e as tentativas de regulamentação da produção de subsistência no interior da colônia; 2) a gênese do campesinato brasileiro, já que a produção de alimentos se organizava em função do trabalho familiar ou por meio do trabalhador “obrigado” / no interior da *plantation* ou em sua periferia; e 3) as técnicas locais incorporadas pelos ocupantes da terra. Estas tarefas foram levadas a cabo por um grupo de historiadores reunidos em torno da própria Maria Yedda Linhares, dentre os quais se destacam Hebe Mattos, Sheila Faria, João Fragoso, Márcia Motta e, evidentemente, Teixeira da Silva.

A realização de trabalhos monográficos cuja matéria-prima básica era os documentos cartorários levantou uma série de evidências empíricas que deram sustentação às hipóteses de Maria Yedda Linhares. De maneira geral, as conclusões que estes trabalhos chegaram foram as seguintes: 1) “agricultura de subsistência” é um termo que emparelha realidades sociais e econômicas bastante distintas como, por exemplo, a produção em larga escala de alimentos realizada por escravistas de porte grande e/ou médio vendidos no mercado interno, a pequena produção realizada por não proprietários de terras e de escravos para a própria sobrevivência, a pequena produção realizada por produtores “independentes” cujo excedente era eventualmente destinado ao mercado e a produção realizada e consumida pelos cativos das grandes unidades agroexportadoras; 2) havia um distanciamento significativo entre a propriedade plena da terra – absolutamente excludente – e as diversas formas que seu usufruto poderia assumir – posse, aforamento, arrendamento e etc. –, de tal modo que o acesso à terra era viável à fração menos abastada de nossa sociedade, permitindo o enraizamento relativamente estável dos segmentos que não estavam diretamente ligados à reprodução do escravismo de grande lavoura; e 3) a estrutura de posse de escravos representava diversos tamanhos de plantéis de cativos distribuídos entre setores econômicos diversos e, não raro, coexistiram pequenos, médios e grandes proprietários.

João Fragoso, sozinho ou em colaboração com Manolo Florentino, utilizou-se destas evidências empíricas para elaborar um novo modelo explicativo da economia e da sociedade escravista brasileira. Neste sentido, a especificidade da metrópole portuguesa definiu os contornos da sociedade escravista no Brasil. A estrutura social do reino português é caracterizada pelos autores como parasitária e a expansão imperial, que permitiu a transferência contínua das riquezas para a metrópole, foi a maneira através da qual se tornou possível a reprodução desta estrutura que se constituiu enquanto um projeto levado a cabo pelas elites nobiliárquicas metropolitanas (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, p. 223-227).

Esta abordagem que desvincula a escravidão moderna do desenvolvimento histórico do capitalismo também proclama autonomia da economia brasileira frente às conjunturas internacionais e se tornou paradigmática nos circuitos acadêmicos brasileiros desde meados dos anos 1990. Assim, analisando as obras que, nos últimos setenta anos, vem debatendo os problemas da economia escravista no Brasil, identificamos três posturas diferentes: 1) as que associaram a escravidão e a moderna colonização ao capitalismo ou ao processo maior de acumulação primitiva que deu origem a ele, enfatizando as relações comerciais entre colônia e metrópole; 2) as que privilegiaram as estruturas internas da sociedade, a despeito de considerarem a dependência externa como dado determinante de nossa formação social, sobretudo nos processos de integração ao capitalismo nos séculos XIX/XX; e 3) as que radicalizaram na ênfase das estruturas internas, de tal modo que romperam com qualquer determinação proveniente “de fora”, enfatizando o caráter não

capitalista e arcaizante da escravidão e seus reflexos na sociedade brasileira dos oitocentos, inclusive. Neste texto, nos concentraremos apenas nas duas últimas abordagens, cristalizadas nos trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino, Iraci del Nero da Costa e Júlio Manuel Pires e o norte-americano Dale Tomich.

### **Escravidão e arcaísmo no século XIX**

Para João Fragoso e Manolo Florentino, a natureza peculiar da metrópole portuguesa, se comparada à Inglaterra, por exemplo, definiu os contornos da sociedade escravista no Brasil, especialmente em sua dimensão sociocultural e política. No início deste texto mencionamos o fato destes autores verem na especificidade portuguesa a chave de leitura para desvendarem o processo histórico aqui instaurado. Este traço parasitário da metrópole colonizadora teve impacto na colônia, conformando aqui um ideal aristocrático que se manifesta no fato dos homens de grossa aventura, ao acumularem grandes fortunas, substituírem a atividade mercantil pela de rentista ou pela de grande fazendeiro escravista. Deste modo, não seria possível compreender a economia e a sociedade brasileira sem considerar este dado extra econômico que fundamenta este projeto arcaico, baseado na concentração de poder – proveniente, principalmente, da posse de terras e de homens, ou seja, escravos – e na reprodução de uma hierarquia social excludente (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, p. 235-237).

A existência desta estrutura econômica e social é o elemento que confere à colônia sua autonomia em relação à metrópole na medida em que o homem livre pobre pode se tornar lavrador devido ao acesso livre às terras e aos baixos preços da mão de obra cativa. No entanto, desde o início, este pequeno produtor era expropriado de parte significativa de sua produção, impedindo-o de ascender às atividades mais lucrativas da sociedade em questão – o comércio e, em especial, o comércio externo. Portanto, vê-se que a mobilidade social existia como um mecanismo que permitia às frações mais pobres apenas a inserção no processo produtivo. A partir daí, verifica-se que a reprodução da economia e da sociedade escravista se deu *mediante* a desigualdade estrutural que a caracteriza.

Este movimento conclui a execução do dito projeto arcaico empreendido pelas elites econômicas do país, que as mantinham afastadas do trabalho, cumprindo parte importante de seu *ethos* aristocrático, ao mesmo tempo em que assegurava o domínio político a partir da concentração de terras e homens em suas mãos. Em relação ao período colonial, o resultado final deste projeto foi a impossibilidade de fortalecimento dos setores burgueses metropolitanos, que poderiam ameaçar a ordem estamental parasitária vigente.<sup>2</sup> Portanto, a reprodução deste movimento desde os tempos

---

<sup>2</sup>FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. op. cit. p. 225.

coloniais não só apresentou, na visão dos autores, uma evolução histórica distinta do capitalismo, como bloqueou seu surgimento.

A interpretação sintetizada no livro *O Arcaísmo como Projeto* se tornou paradigmática nos círculos acadêmicos brasileiros, tendo resvalado, inclusive, para a História Política. Anos depois, deu origem ao que hoje se convencionou chamar de *Antigo Regime nos Trópicos*, linha interpretativa da sociedade colonial baseada em livro homônimo. A permanência de traços deste Antigo Regime no século XIX brasileiro afastou definitivamente as possibilidades analíticas de associar a escravidão ao desenvolvimento histórico do capitalismo.

### **A “segunda escravidão” e o “capital escravista-mercantil” como hipóteses de trabalho**

Como podemos atestar acima, as proposições gerais de Fragoso e Florentino, ao questionarem todos os fundamentos da obra de Caio Prado, acabam por desvincular a relação mais ampla entre a escravidão e o capitalismo, colocada, sobretudo, a partir da obra de Fernando Novais. Seguindo um caminho diferente dos apontados acima, José Evando Vieira de Melo nos mostra que na primeira metade dos oitocentos, Brasil e Cuba ampliaram significativamente suas produções de açúcar, visando atender às demandas de um mercado engendrado pelo capitalismo industrial europeu, sobretudo inglês (MELO, 2012, p. 31-32). João Manuel Cardoso de Mello avalia este momento como absolutamente distinto daquele contexto colonial, em que a produção se caracterizava pelo fomento a acumulação primitiva; já a produção mercantil do século XIX tinha como característica a produção em massa de alimentos e matérias primas, visando rebaixar os custos da reprodução da força de trabalho e baratear os custos dos elementos componentes do capital constante nas áreas centrais do capitalismo (MELLO, 1998, p. 46-47). Este fornecimento massificado não poderia se realizar sem o desenvolvimento técnico necessário. Em toda a primeira metade do século XIX, a produção cubana dominava os mercados internacionais, sendo responsável por mais de 25% de seu abastecimento.

A combinação de engenhos mecanizados com estradas de ferro para seu escoamento permitiu a explosão da produção da ex-colônia espanhola. Para citarmos alguns exemplos, a introdução de moendas de ferro movidas a vapor permitia um grande aumento na produção em função da intensificação da moagem horária da cana de açúcar, além de permitir a economia de animais que antes eram aplicados nesta função. Já na década de 1840 era possível mecanizar todo o processo industrial de produção do açúcar. Na ilha de Cuba e também na Jamaica expandiam-se os modernos empreendimentos enquanto no Brasil a expansão se realizava por meio de seus ultrapassados engenhos. Na maior província açucareira do país, Pernambuco, apenas 2% dos 1.106 engenhos funcionavam com máquinas a vapor em 1857, enquanto 60% operavam por meio da tração animal e os demais por meio da força hidráulica. Na Bahia, outra grande província açucareira, o percentual de engenhos minimamente

mecanizados era de 8,72% em 1855 – 144 dos 1651 existentes. Entretanto, Campos dos Goytacazes apresentava uma situação distinta com 68 dos seus 335 engenhos em 1861 operando de forma parcialmente mecanizada, o equivalente a 20,29% (MELO, 2012, p. 37-38).

A hipótese de uma “segunda escravidão” que emerge em pleno século XIX foi levantada inicialmente pelo historiador norte-americano Dale Tomich, especialista na História da escravidão das Américas. Para ele, escravidão moderna não foi a mesma entre os séculos XVI e XIX. Isto porque desde a virada do século XVIII para o XIX e ao longo dos oitocentos, em meio a já referida expansão do capitalismo inglês, a escravidão “expandiu-se numa escala maciça para atender à crescente demanda mundial de algodão, café e açúcar” (TOMICCH, 2011, p. 83). A escravidão no XIX havia sido reformulada a partir destas novas conjunturas políticas e econômicas responsáveis por transformar seu caráter e seu significado sistêmico ao nível internacional. Esta espécie de *segunda escravidão* desenvolveu-se, portanto, “não enquanto uma premissa histórica do capital, mas sim pressupondo sua existência como condição para sua própria reprodução” (TOMICCH, 2011, p. 82).

Durante a primeira metade do século XIX, a economia internacional apresentou crescimento um surpreendente da indústria açucareira: entre 1791 e 1815-19 a produção mundial aumentou em 40%, mesmo considerando as perturbações ocasionadas pela Revolução Haitiana; já entre 1815-19 e 1838-42, aumentou cerca de 90%. Este movimento geral da economia foi acompanhado pela adoção de novas espécies de cana-de-açúcar e as já mencionadas tecnologias de processamento. Por outro lado, segundo Tomich, o imenso crescimento do consumo de açúcar, combinado à maior integração dos mercados e à maior velocidade de circulação das mercadorias pressionaram a produtividade do trabalho. O resultado, nas áreas produtoras, teria sido a explosão da demanda por mão de obra e a exigência para que houvesse novas maneiras de valorização das mercadorias primárias, como demonstrou também Vieira de Melo. Este jogo de pressões globais e respostas locais engendra uma série de conflitos políticos e sociais, cristalizados na fundação de novas áreas produtoras e na transformação e/ou estagnação das antigas (TOMICCH, 2011, p. 136-140).

O estudo comparativo de Tomich entre as antigas e novas zonas açucareiras é um ótimo exemplo desta perspectiva “glocal”. A produção jamaicana, mais antiga, se viu impossibilitada de transformar-se em adequação às determinações do capital, por já possuir uma ocupação densa de seu solo, com unidades contíguas, o que impossibilitava tanto a expansão quanto a criação de novas. Dadas as características peculiares da produção açucareira – a combinação da agricultura com o processamento industrial –, todas as etapas da produção precisam ser coordenadas entre si: o aumento dos canais deve ser compatível com a força de trabalho disponível para realizar a colheita, e com a capacidade de moagem. Aumentar a intensidade de uma ou outra etapa da

produção é ineficiente, porque sufocaria os trabalhadores e os maquinários, ou tornaria o engenho ocioso durante boa parte do ano agrícola.

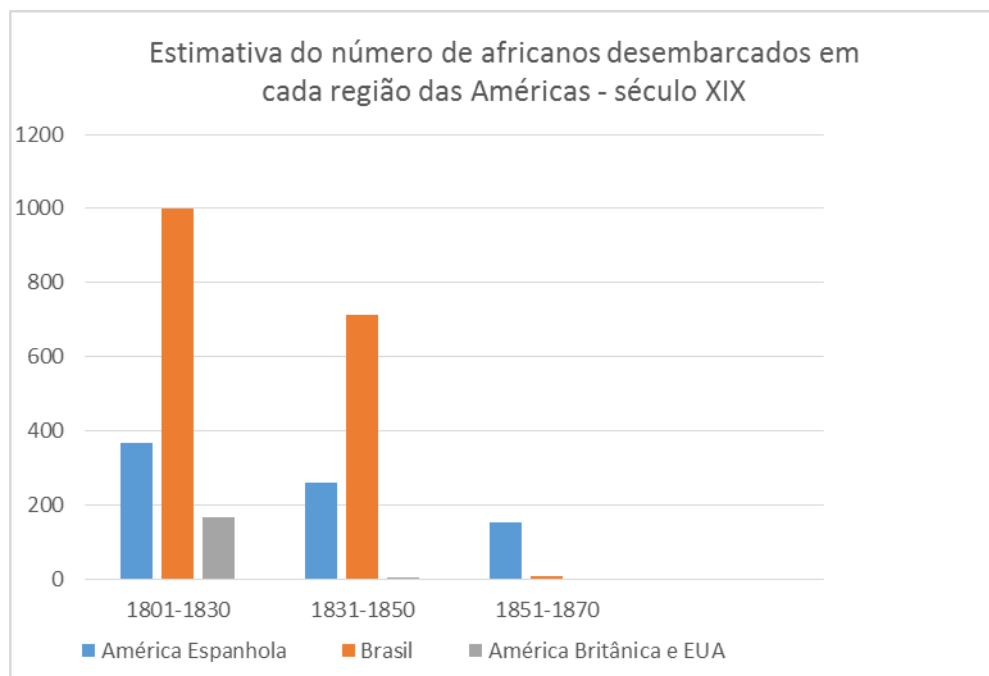
A produção cubana, por outro lado, seguiu caminho diretamente oposto. Tanto a mão de obra quanto a terra estavam à disposição dos indivíduos com recursos necessários para realizar a moderna produção açucareira. Segundo Tomich, somente em Havana, entre 1792 e 1806 o número de trabalhadores escravos passou de 86 para 199 mil (TOMICH, 2011, p. 143-144). Manuel Moreno Friginals nos informa que já na década de 1830, construiu-se uma estrada de ferro com o objetivo de escoar a produção dos gigantescos engenhos cubanos, em que operavam mais de trezentos escravos com produção equivalente a 300 toneladas métricas de açúcar (FRAGINALS, 1988, p. 46-47, p. 67-71).

Cada uma destas zonas açucareiras representou uma determinada configuração técnica e espacial. Na Jamaica, as condições estabelecidas pela indústria açucareira já haviam decretado sua falência, diante de sua impossibilidade de reformular sua produção. A decadência em relação à participação jamaicana no mercado mundial de açúcar se opõe à emergência de Cuba como potência produtiva. Na colônia espanhola, o dinamismo expresso nas possibilidades de transformação permitiu respostas locais absolutamente distintas. Partindo destas considerações, é possível contestar as teses de Seymour Drescher e de Eric Williams a respeito do declínio econômico das Índias Ocidentais. Isto deve ser analisado à luz das transformações da divisão internacional do trabalho, já que entre 1807 e 1830, data da abolição do tráfico e da emancipação dos escravos nas colônias britânicas, respectivamente, as Índias Ocidentais mantiveram médias de produção açucareira maiores do que as do final do século XVIII. Mas isto não foi suficiente para evitar a redução de sua participação no mercado mundial. Neste sentido, Tomich propõe a existência de espaços plurais de escravidão, ou seja, regiões que respondem de maneiras distintas, em função da organização econômica e social anterior, às exigências de um capitalismo em expansão (TOMICH, 2011, p. 144-150).

O resultado de toda esta expansão açucareira – seja ela brasileira ou caribenha – foi um grande aumento do plantel de escravos do país, sobretudo se considerarmos ainda o *boom* do café na região Sul do Império. Segundo Kátia Mattoso, na Bahia, entre 1815 e 1830, adquiriu-se, anualmente, por meio do tráfico transatlântico, uma média de 7.023 escravos; e entre os anos de 1840-51, importou-se mais de 65.500 cativos (MATTOSO, 1982, p. 61). Peter Eisenberg identifica um plantel total de 97.633 cativos em Pernambuco no ano de 1819, mas que atingiu o contingente de 146.500 em 1839. Esta província importou ao longo da primeira metade do XIX, segundo o autor, algo em torno de 162.000 escravos. Na província fluminense, enfim, em 1854 existiam 295.000, aproximadamente, segundo o mesmo autor, muitos dos quais radicados na produção açucareira campista (EINSEBERG, 1977, p. 115, p. 170-171). O gráfico abaixo demonstra as



importações de escravos em três dos principais polos escravistas e agroexportadores do século XIX. Importante destacar que a baixa participação da América britânica e dos EUA nos números do tráfico oitocentista são explicadas pelo fato do tráfico nas colônias inglesas ter sido abolido prematuramente, em 1807.



Fonte: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Vê-se, desde logo, que esta é uma interpretação que diverge daquelas que assimilam a escravidão moderna a um apêndice da acumulação primitiva capitalista que, após realizar sua tarefa, estaria fadada ao desaparecimento, a despeito de todos os indícios de sua sobrevivência e/ou permanência engendrados pelas classes dominantes de cada uma das regiões agroexportadoras. A perspectiva de Tomich é oposta a esta, tomando a escravidão no século XIX parte importante do sistema capitalista. De maneira dialética, a escravidão se desenvolveu junto do capitalismo – e não a despeito dele – em meio ao século do antiescravismo. Ao mesmo tempo, diverge também dos que veem no escravismo a reprodução de relações sociais arcaicas, já que o dito arcaísmo, quando associado analiticamente ao capitalismo, pode ser visto inclusive como uma das formas através das quais este último se reproduz.

Isto fica patente no clássico ensaio de Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista*, uma crítica à teoria do subdesenvolvimento da Cepal, que opunha de maneira formal e real um setor “atrasado” a um setor “moderno” no interior das economias latino-americanas. O que Oliveira demonstra é a existência de uma simbiose e uma organicidade em que o dito setor “moderno” cresce e se alimenta do “atrasado”, apesar do autor condenar a utilização destes termos. Avaliando o processo da hegemonia industrial inaugurado a partir da década de 1930, Oliveira destaca ação do

Estado brasileiro na destruição das bases das atividades agroexportadoras, ao mesmo tempo em que criava os mecanismos institucionais para viabilizar a expansão das atividades ligadas ao mercado interno: a indústria de bens de consumo. Trata-se de um modelo qualitativa e quantitativamente distinto de acumulação (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Em uma linha de pensamento semelhante, a categoria “capital escravista-mercantil” é elaborada tendo em vista as obras de Caio Prado Júnior e do próprio Marx. Para Iraci del Nero, as descobertas empíricas que apresentamos na introdução deste trabalho, responsáveis por redesenhar a sociedade escravista brasileira, conduziram ao reforço das estruturas econômicas dominantes, na medida em que mesmo os pequenos proprietários ou os não-proprietários encontravam espaço econômico para atuar, devido ao regime de terras relativamente permissivo em relação ao seu usufruto. Isto é válido, inclusive, para os cativos que recebiam pequenas parcelas e retiravam delas sua alimentação e eventuais ganhos econômicos. A existência de um espaço com relativa autonomia escrava, além de nunca ter realizado uma restrição ao escravismo, jamais se propôs a enfraquecê-lo. Deste modo, podemos encarar a “brecha camponesa” da mesma forma que a alforria, já que a perspectiva de obtenção da liberdade contribuía significativamente para o amortecimento dos conflitos que poderiam surgir entre senhores e escravos (SOARES, 2009). Ciro Cardoso já assinalou a possibilidade da concessão das parcelas reduzir as fugas e “prender” o escravo à fazenda (CARDOSO, 1986, p. 110).

Neste sentido, não seria exagero afirmar que quase todos os setores da sociedade tinham seus interesses econômicos alicerçados na manutenção do escravismo, sendo esta uma das causas para sua longevidade entre nós. Mas este escravismo moderno possui uma característica que o diferencia de sobremaneira da escravidão patriarcal antiga: sua relação de dependência externa, seja para alocação de substantiva parcela da produção aqui realizada, seja em relação à sua reprodução no tempo, já que necessitava do fornecimento externo de mão de obra. Deste modo, vê-se que os elementos normalmente veiculados para contestar o *sentido da colonização* atuaram para fortalecer alguns de seus pontos, dentre eles, o escravismo. Segundo Iraci del Nero, os equívocos de Caio Prado concentram-se no fato dele transpor a *essência* para o plano da *aparência*, reduzindo a formação social brasileira a um apêndice do capital comercial europeu. Entretanto, situação absolutamente inversa pode acontecer, quando se defende uma reprodução plenamente autônoma da economia e da sociedade escravista brasileira. Neste caso, a transposição se dá da *aparência* para o plano da *essência* (COSTA, 2010, p. 100-103).

A posição do autor, portanto, é a de que o melhor caminho seria empreender a superação, e não a negação do *sentido da colonização*, de modo a acomodá-lo diante das evidências empíricas e, conseqüentemente, o inserir em nova síntese. O resultado desta tarefa foi a elaboração, junto de Julio Manuel Pires, da categoria de “capital escravista-mercantil”. Trata-se de uma possibilidade de

compreender o papel do capital e da acumulação na economia escravista, de tal modo que seja possível distinguir a atuação do capital comercial da ação do capital escravista-mercantil, definindo-o como mediador entre o capital comercial e as condições internas que permitiram a acumulação no Brasil.

Dentre as três formas do capital consideradas por Marx, não há, explicitamente, referência ao escravismo, mas Iraci del Nero e Julio Pires julgam ser possível extrair da obra de Marx uma quarta forma de existência do capital, assentada sobre a produção de mercadorias com base na mão de obra escrava. Entretanto, esta forma de capital possui uma limitação de cunho histórico, qual seja: a dependência aos mercados mundiais aos quais deve sua existência, uma vez que o moderno escravismo, sobretudo aquele que Tomich chamou de “segunda escravidão”, é um escravismo produtor de mercadorias. Duas outras questões devem ser consideradas: 1) a escravidão não seria incompatível com o desenvolvimento do capitalismo internacional; e 2) os escravistas são capitalistas, ou seja, personificam a categoria do capital escravista mercantil (COSTA & PIRES, 2010, p. 18).

Deste modo, ao mesmo tempo em que esta forma de capital não é capaz de reproduzir-se autonomamente, não podemos julgá-la parasitária na medida em que produz valor. Isto significa dizer que, ao contrário do que acreditava Marx, não é apenas o capital industrial a cumprir o papel de criador e apropriador da produção excedente, já que o capital escravista-mercantil também cumpria esta função, mesmo sendo dependente. Sua área de influência não era apenas circunscrita à produção de mercadorias, fossem elas exportáveis ou não, mas incluía também a alocação de fatores e dos recursos destinados à produção, projetando-se, ainda, sobre a vida social e política do Brasil (COSTA & PIRES, 2010, p. 21-22). O capital comercial tem o papel fundamental de intermediar as relações do capital escravista-mercantil com o mundo exterior, permitindo, na feliz expressão de Luiz Felipe de Alencastro, a conformação de “um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola” (ALENCASTRO, 2000, p. 9).

Do que foi dito até aqui, podemos considerar que a reprodução desta forma de capital não prescinde de elementos de caráter endógeno e exógeno, quais sejam: 1) existência prévia da escravidão, além de fontes supridoras de mão de obra; 2) ausência de alternativas, do ponto de vista econômico e social, à utilização da mão de obra escrava; e 3) indivíduos que visavam valorizar valor mediante mão de obra cativa e apresentavam os recursos necessários para realizá-lo (COSTA & PIRES, 2010, p. 25). Destes pressupostos decorre a ação da forma capital escravista-mercantil que, daí em diante, é capaz de repor apenas parcialmente alguns destes pressupostos de funcionamento: 1) os escravistas apropriam-se de parte significativa do trabalho excedente produzido; 2) o trabalhador empregado neste processo produtivo surge em uma condição de

sujeição igual ou maior àquela que o fez entrar; e 3) existência de mercados capazes de absorver a produção realizada com base na exploração de cativos. Estes três fatores fazem com que haja, na área de produção escravista, interesses econômicos diversos ligados ao escravismo, seja direta ou indiretamente, de onde se justifica sua solidez institucional (COSTA & PIRES, 2010, p. 26-27).

As considerações a respeito da categoria “capital escravista-mercantil” nos impedem de ver a sociedade brasileira como derivação imediata do *sentido da colonização*, ou seja, como mera projeção do capital comercial europeu. Os fatores endógenos, quando ausentes, inviabilizam sua reprodução. Por outro lado, não devemos cair também no extremo oposto, ao colocar também de forma unilateral a autonomia plena da economia brasileira frente aos mercados e às conjunturas internacionais. As características exógenas do escravismo e de sua produção, quando ausentes, inviabilizam sua plena reprodução.

## **Conclusões**

Em linhas gerais, este trabalho pretendeu confrontar uma determinada interpretação historiográfica que, não apenas desassocia a moderna escravidão do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas propõe que uma dada classe dominante, oriunda da situação colonial, agiu conscientemente – daí o fato do arcaísmo ser considerado um projeto – para bloqueá-lo. O resultado é uma economia que se reproduz em si mesma e que possui traços fortemente arcaicos.

Nossa proposta vem na direção contrária: a escravidão não é um recurso oposto ao capitalismo, senão uma das grandes responsáveis por sua expansão em escala global. Atuou, durante todo o oitocentos, no sentido de fornecer os elementos indispensáveis para tal: matéria-prima e, sobretudo, bens primários em larguíssima escala, destinados a rebaixar o custo de reprodução da mão-de-obra e colaborar para expansão da mais-valia nos centros europeus, em que já havia trabalho assalariado também em expansão. Isto implica em não desconsiderar o fator externo à economia brasileira e externo às áreas diretamente submetidas sob sua influência, como os portos africanos do tráfico atlântico. Implica, portanto, em adotar uma variação de escala que permite ao pesquisador compreender a produção e a troca – divisão internacional do trabalho, o mercado mundial e etc. – como relações que compõem um mesmo processo de reprodução do capital ao nível internacional, mas em momentos distintos, mediante um jogo de demandas “globais” – europeias, na realidade – e respostas locais relacionadas à evolução histórica de cada sociedade. Deste modo, respeitamos as singularidades de cada processo histórico sem perder de vista o fio condutor que pode nos manter conectado ao presente cada vez mais hegemônico pelo capital que, mesmo em sua forma financeira, é capaz de degradar de modo voraz as condições de realização do trabalho em todos os espaços do planeta.

### **Referências bibliográficas:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico-sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Iraci del Nero da. & PIRES, Julio Manuel. “Os capital escravista-mercantil”. In:

COSTA, Iraci del Nero da. & PIRES, Julio Manuel. (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Fapesp, 2010. p. 13-34.

\_\_\_\_\_. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior”. In: COSTA, Iraci del Nero da. & PIRES, Julio Manuel. (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Fapesp, 2010. p. 77-114.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FRAGINALS, Manoel Moreno. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: Hucitec, 1988.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (23ª edição)

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no vale do café: Engenho central de Lorena (1881-1901)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. Campinas, SP, Unicamp, 1998 (10ª Edição).

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes: 1750-1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.